

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
15/07/2024	09:30	11:50	Sala do Tribunal Pleno

2. Pauta

Item	Descrição
01	Abertura
02	Leitura da ATA da RAE anterior
03	Indicadores Nacionais
04	Metas Nacionais
05	Indicadores Estratégicos
06	Resultado da Semana de Saneamento de Dados
07	Resultado da Semana de Sentenças e Baixas
08	Selo Justiça em Números TJBA edição 2024
09	Prêmio CNJ de Qualidade 2024
10	Revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026
11	Proposta de Inclusão de Objetivo Estratégico – Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina
12	Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos
13	Entrega parcial – Plano de Obras
14	Solicitação de Mudança – Projeto COJE Inovações Tecnológicas
15	Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – SEGESP
16	Situação das iniciativas – Plano de Gestão 2024-2026
17	Confirmação Calendário 2024
18	Encerramento

3. Participantes

Comitê de Governança

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Desa. Cynthia Maria Pina Resende	Presidência	
02	Des. João Bosco de Oliveira Seixas	1ª Vice-Presidência Representado	
03	Des. José Alfredo Cerqueira da Silva	2ª Vice-Presidência Representado	
04	Des. Roberto Maynard Frank	Corregedoria Geral da Justiça	
05	Desa. Pilar Célia Tobio de Claro	Corregedoria das Comarcas do Interior	
06	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	Universidade Corporativa Representado	
07	Des. Paulo Alberto Nunes Chenaud	Coordenação dos Juizados Especiais	
08	Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Coordenadoria de Apoio ao Primeiro Grau de Jurisdição - CAPG	
09	Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes	Assessoria Especial da Presidência I	
10	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Assessoria Especial da Presidência II	

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

11	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria Geral da Presidência	
12	Pedro Lúcio Vivas	Secretaria de Planejamento e Orçamento	
13	Fabício Nascimento Ferreira	Secretaria de Administração	
14	Ricardo Neri Franco	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
15	Viviane da Anunciação Souza Oliveira	Secretaria de Gestão de Pessoas	
16	Dilcema Araújo Almeida	Secretaria Judiciária	
17	Maria Paula Dias Carvalho Blumetti Brito	Chefia de Gabinete da Presidência	
18	Fernanda Pinto Dantas Braga	Controladoria do Judiciário	

Convidados

19	Desa. Marielza Brandão Franco	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC	
20	Juiz de Direito Sadraque Oliveira Rios Tognin	Juiz Assessor da Presidência – Núcleo Auxiliar de Conciliação de Precatórios	
21	Juíza de Direito Júnia Araújo Ribeiro Dias	Corregedoria Geral da Justiça - CGJ	
22	Thais Fonseca Felipe Pimentel	Diretoria de Primeiro Grau	
23	Ângela Bacellar Batista	Corregedoria das Comarcas do Interior - CCI	

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

4. Abertura

O Presidente do TJBA agradeceu e cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a XXIX Reunião de Análise da Estratégia.

5. Leitura da ATA da RAE anterior

A Juíza Assessora da Presidência para Assuntos Institucionais, Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho, realizou a leitura do resumo da XXVIII Reunião de Análise da Estratégia. Após a leitura e sem nenhuma consideração dos membros do CGOV a ata foi aprovada.

6. Indicadores Nacionais

Pedro Vivas apresentou os indicadores e suas respectivas projeções para o final de 2024 da seguinte maneira:

- Número de Casos Novos – crescimento de 7,85% - Passando de 1.660.265 em 2023 para 1.790.528;
- Número de Processos Baixados – crescimento de 9,95% - Passando de 1.868.099 em 2023 para 2.054.628;
- Número de Casos Pendentes – redução de 7,57% - Passando de 3.489.938 em 2023 para 3.225.838;
- Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM) – crescimento de 10% - Passando de 2.711 em 2023 para 2.982;
- Índice de Atendimento à Demanda (IAD) – crescimento de 2 pontos percentuais - Passando de 113% em 2023 para 115%;
- Taxa de Congestionamento (TC) – redução de 4 pontos percentuais - Passando de 65,1% em 2023 para 61,1%.

7. Metas Nacionais

Sobre as Metas Nacionais, Pedro Vivas informou que foram aprovadas em dezembro de 2023 e o Glossário foi publicado em abril de 2024. Ainda há a necessidade de atualização do Portal pelo CNJ. A expectativa é de que na próxima RAE já possamos visualizar o cumprimento de acordo com as regras estabelecidas para 2024.

8. Indicadores Estratégicos

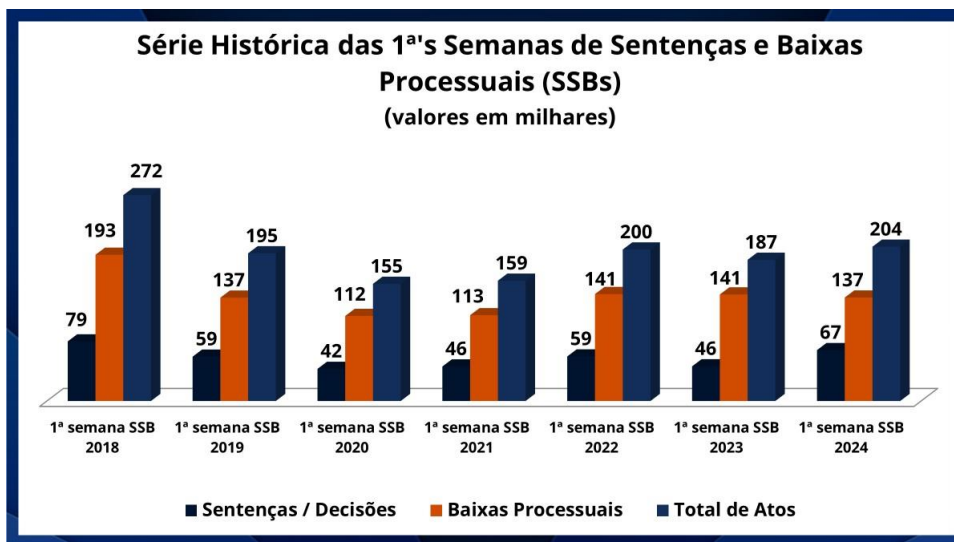
Os indicadores estratégicos refletem o percentual de objetivos estratégicos que foi atingido por macrodesafio. Foram informados os seguintes números pelo Secretário de Planejamento e Orçamento:

INDICADORES ESTRATÉGICOS MACRODESAFIOS	
M10 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	87,5%
M9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	87,5%
M7 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	80,0%
M2 – FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	75,0%
M4 – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	75,0%
M3 – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	60,0%
M1 – GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	50,0%
M11 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	50,0%
M12 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	50,0%
M5 – PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	50,0%
M6 – CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS	50,0%
M8 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL	33,3%

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

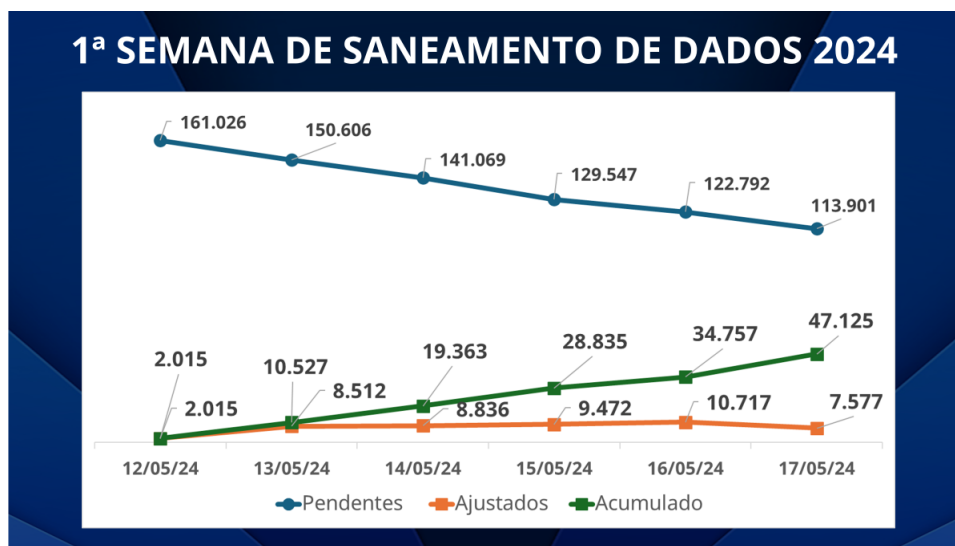
9. Resultado da Semana de Sentenças e Baixas (SSB)

Sobre o Gráfico a seguir, o Secretário Pedro Vivas destacou que os valores da primeira SSB de 2024 estão dentro da média dos últimos anos, sendo melhor que nos anos de 2020 e 2021.



10. Resultado da Semana de Saneamento de Dados

Pedro Vivas apresentou o gráfico a seguir com os dados dos processos saneados:



11. Selo Justiça em Números TJBA edição 2024

O Secretário de Planejamento e Orçamento falou sobre a publicação do Decreto Judiciário nº 520, de 27 de junho de 2024, que estabelece as regras para a edição de 2024 do Selo Justiça em Números do TJBA. Dentre elas destacou:

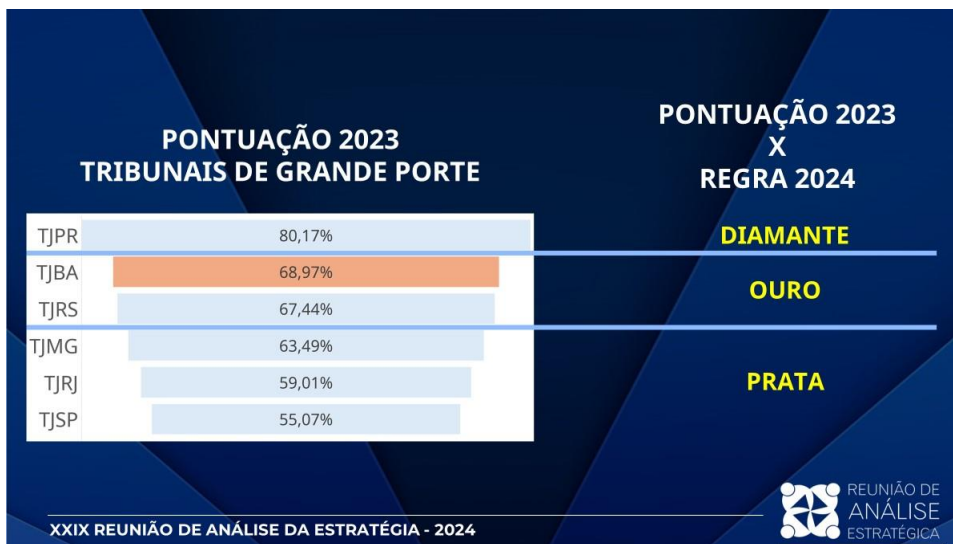
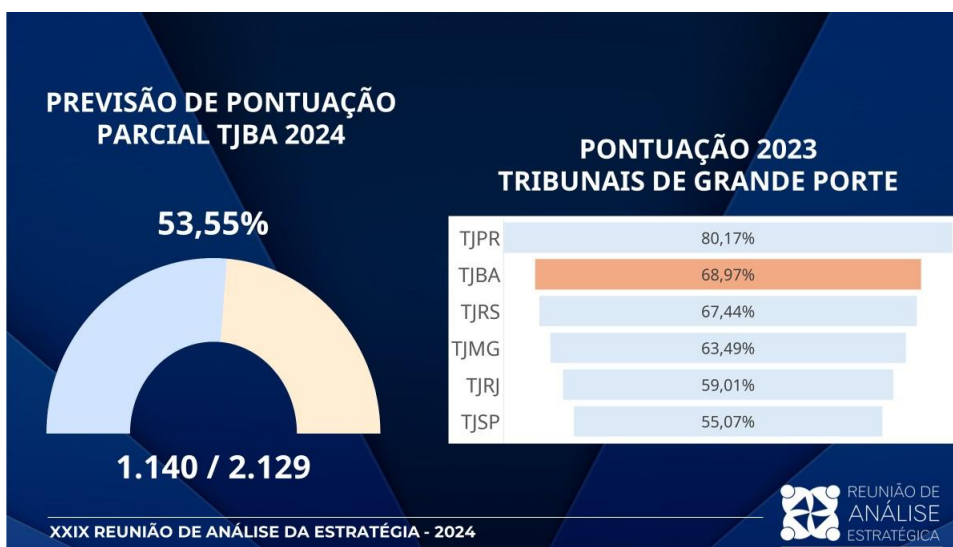
- Novos critérios de gestão das unidades, tais como: Ouvidoria, Infância e Juventude e Elaboração das Metas Nacionais;
- Participação de magistrados e servidores na elaboração.
- Prazo para impugnação: até 10/07/24 (Solicitações estão em análise pela equipe da Seplan)

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

12. Prêmio CNJ de Qualidade 2024

Sobre o tema, Pedro Vivas apresentou o cronograma das atividades, regras de 2024 para Tribunais de Grande Porte, a previsão de pontuação parcial, os itens com prazo de realização até 31/07/24, que ainda não foram concluídos e os itens que não pontuarão.

Além disso, o Secretário apresentou um comparativo considerando os percentuais obtidos pelos Tribunais de Grande Porte em 2023 e as regras do Prêmio para 2024, no sentido de estimar uma possível classificação caso os níveis percentuais permaneçam os mesmos.



XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

13. Revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026

Pedro Vivas informou que a Secretaria de Planejamento e Orçamento iniciou a revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026 e apresentou as etapas relacionadas a esta atividade:

- Verificação dos objetivos estratégicos concluídos;
- Análise de Resoluções CNJ publicadas após 2021;
- Verificação junto às Unidades (inclusão de objetivos /revisão de indicadores);
- Revisão;
- Deliberação CGOV.

14. Proposta de inclusão de Objetivo Estratégico

Para fazer a defesa da proposta, Pedro Vivas chamou Dr. Raimundo Nonato Borges Braga, magistrado membro da Comissão de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

Dr. Raimundo Braga cumprimentou à Presidente do TJBA, aos demais participantes e destacou o cumprimento à Desa. Pilar Célia Tobio de Claro. Justificou o destaque mencionando a participação da desembargadora na equipe da Corregedoria no ano de 2000, que contava também com a colaboração de outras magistradas. Dr. Raimundo Braga enfatizou que desde aquela época o TJBA buscava respeitar a participação feminina na Instituição, e que aquilo que era feito de maneira natural, precisou ser formalizado.

O magistrado fez um breve histórico sobre a institucionalização da Participação Feminina no Poder Judiciário., informando que o CNJ publicou resolução instando os Tribunais a promoverem esta participação. Após inspeção do Conselho Nacional de Justiça, a Comissão de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, na pessoa da Desa. Nágila Maria Sales Brito, foi solicitada a demonstrar como a política estaria sendo apresentada no Planejamento Estratégico. Foi verificado que os índices estavam sendo cumpridos, entretanto não havia normativo, nem menção no Plano Estratégico do TJBA.


Nesse sentido, o primeiro passo foi elaborar uma carta de compromisso que foi assinada pela Presidente do TJBA e será publicada no site do Tribunal. Em seguida, a proposta de inclusão do objetivo estratégico no Plano, concomitantemente à publicação da Resolução estabelecendo a política de Participação Feminina, que se encontra na Comissão de Reforma.

O magistrado apresentou a seguinte proposta para deliberação do CGOV:

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

Deliberação CGOV	Solicitante	Comissão de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário
	Alinhamento Estratégico	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.
	Objetivo Estratégico	Implementar requisitos referentes à Participação Institucional Feminina no PJBA até dezembro de 2026.
	Indicador Estratégico	Índice de Cumprimento da Política de Participação Institucional Feminina do TJBA.

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - 2024



- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGOV, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

15. Resumo Portfólio de Projetos Estratégicos

Cristina Cunha mostrou inicialmente a situação dos projetos do Plano Estratégico 2021-2026. No eixo temático + Acesso: 4 concluídos, 2 ativos e 2 potenciais. No eixo + Eficiência: 6 concluídos, 3 ativos e 13 potenciais e no eixo + Governança: 5 concluídos, 13 ativos e 11 potenciais.

Em seguida a Coordenadora falou da situação do Portfólio de Projetos Estratégicos, acompanhada pela ferramenta de Gestão de Projetos (SGP) com as informações prestadas pelos seus respectivos gerentes. Na oportunidade foram mostrados os percentuais de execução, a previsão de término e situação em relação ao planejado.

Projetos sem atraso em relação ao planejado:

- Ampliação de Nível dos Pontos de Inclusão Digital – CAPG
- Ampliação dos Acordos de Execuções Fiscais – CAPG
- Programa de Boas-Vindas – UNICORP/SEGESP
- Programa de Preparação para Aposentadoria – SEGESP
- Programa de Prevenção de Riscos Ocupacionais – SEGESP
- Comunicação 360⁰ – SGP
- Plano de Obras – SEAD

Projetos com atraso de até 10% em relação ao planejado:

- Conecta Justiça - NCJ
- Programa de Inovação – SETIM

Projetos com atraso superior a 10% em relação ao planejado:

- Inovações Tecnológicas da COJE

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

- Solução de Continuidade de TIC – SETIM
- Sistema Integrado de Gestão Educacional – UNICORP
- Sistema de Inteligência Artificial – Athos – SETIM
- Implantação do Novo Sistema de Arrecadação – NAF
- Sintonia – SGP
- Programa de Integridade/Compliance do PJBA – SGP

Projetos em planejamento:

- Eu não posso esperar – CCI
- Laços Legais – CGJ

A representante da UNICORP, Dra. Isabella Santos Lago, solicitou a palavra para informar situação do projeto de Implantação do Sistema Integrado de Gestão Educacional. A magistrada esclareceu o objetivo do projeto, qual seja promover a integração entre as plataformas SIEC e MOODLE, ambas utilizadas no TJBA, mas que não se comunicam. Inicialmente a solução encontrada foi adquirir um novo sistema que pudesse consolidar todas as informações em um só local. Entretanto, na gestão atual, após um treinamento da plataforma MOODLE feito pelos servidores da UNICORP e da SETIM, verificou-se que não há necessidade de aquisição de novo sistema. Após reunião entre essas duas unidades constatou-se a necessidade de alteração do escopo do projeto, retirando a aquisição de nova ferramenta e, acrescentando a customização da plataforma MOODLE, já existente no Tribunal. Dra. Isabella Lago informou que será necessário um estudo pela equipe técnica durante aproximadamente 30 dias para verificar quais itens poderão ser customizados.

A magistrada solicitou apreciação do pleito à Presidente do TJBA, que colocou em votação ao Comitê de Governança (CGOV).

- ✳ **A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGOV, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.**

A Presidente Des. Cynthia Maria Pina Resende solicitou aos responsáveis, esclarecimentos acerca dos projetos atrasados. Des. Paulo Chenaud cumprimentou a todos e falou sobre a situação do projeto de Inovações Tecnológicas da COJE. Esclareceu que será feita uma alteração no escopo em razão da retirada de alguns produtos, entretanto, justificou que o atraso do projeto se dá em razão de outras unidades e não pela Coordenação dos Juizados Especiais.

A Des. Maria de Lourdes Pinho Medauar solicitou esclarecimento sobre os percentuais dos projetos da CAPG. Acerca do projeto de Implantação dos Pontos de Inclusão Digital (PID), a magistrada esclareceu que havia apenas PID's nível 0 e que já foi realizado acordo de colaboração com o TRT, para que passemos ao nível 1. Assim como a parceria com as Prefeituras-Bairro trará o nível 2 de PID. Des. Maria de Lourdes Medauar não compreendeu o percentual de execução de 24%, pois os Pontos de Inclusão Digital já foram implantados e o projeto está na fase de treinamento com o grupo do TRT para que os servidores daquele tribunal possam atender no nosso sistema. A magistrada entende que depois da implantação dos acordos que foram feitos e da implantação dos níveis 1 e 2, o projeto estaria concluído.

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

Sobre o projeto de ampliação dos acordos de execuções fiscais, a desembargadora informou o quantitativo de 114 mil processos julgados e baixados por força dos acordos realizados.

O Secretário de Planejamento e Orçamento explicou que o projeto é um esforço realizado para entregar um resultado exclusivo, e para isso elenca uma série de ações que devem ser realizadas. O conjunto completo dessas ações correspondem a 100%, quando se tem o percentual de 24% significa que das ações elencadas pela unidade para aquele projeto, 24% foram realizadas. Os dois projetos constam na ferramenta sem atrasos, e de acordo com o que foi planejado pela unidade, os prazos de encerramento são 16/01/25 para Ampliação de Nível dos Pontos de Inclusão Digital, e 03/09/24 para Ampliação dos Acordos de Execuções Fiscais.

Pedro Vivas lembrou que todo projeto é passível de revisão, caso seja necessário rever, prazos e atividades, o gerente de projeto, de acordo com o patrocinador e demandante, pode realizar os ajustes.

Em relação aos projetos da Secretaria Geral da Presidência, o Secretário Franco Bahia esclareceu que no projeto Sintonia houve a alteração do núcleo tático para apoio das ações estratégicas desse colegiado e a nova composição foi constituída, o normativo foi disponibilizado, e embora conste atraso no projeto, a sua conclusão será em 31/10/24, talvez sendo antecipada. Quanto ao projeto de Integridade, foi necessário um redimensionamento das atividades. Antes de realizar o mapeamento dos riscos será necessário elaborar a política de riscos, em razão disso houve o atraso em relação ao planejado.

O Des. Raimundo Sérgio Sales Cafezeiro informou que, sobre as ações do Prêmio CNJ de Qualidade 2024, o acompanhamento das ações é feito pela SEPLAN e, conforme apresentação feita pelo Secretário Pedro Vivas, o relatório final será encaminhado ao CNJ no prazo determinado.

Dra. Rita de Cássia Ramos de Carvalho fez um questionamento sobre o tópico de Metas Nacionais, a magistrada indagou se a desatualização do painel de Metas refere-se ao do TJBA, ou ao do CNJ. O Secretário Pedro Vivas afirmou ser uma desatualização do TJBA. A magistrada então solicitou que fosse explicada a razão desta situação.

Pedro Vivas passou a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alessandro Santos. O Diretor esclareceu que o CNJ realizou modificações estruturais no glossário das Metas Nacionais, simplificando-o e colocando a situação processual, um rol de movimentos muda uma situação influenciando no glossário. Outro ponto é que as informações internas das Metas Nacionais eram alimentadas por uma base diferente da que utilizávamos para o DATAJUD, ou seja, as informações não coincidiriam nunca. Pois, uma base era informada ao CNJ e pela outra fazíamos a consulta interna. Dessa maneira a área de tecnologia teve de reformular essa nova consulta para a base unificada (UNIJUD), assim todas as consultas deverão ser voltadas para esta base. Assim, o CNJ terá a mesma visão que o TJBA. Quanto às Metas de 2024, o próprio CNJ ainda não possui em seu painel, ainda estando em processo de atualização do glossário de 2023. Bem como o Datajud ainda sendo atualizado. Para tentarmos acompanhar de alguma maneira, foi feito um avanço no ano, mas ainda sem as informações atualizadas. A SETIM se comprometeu a finalizar essa atividade até o dia 30/07/2024 para que tenhamos ao menos as

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

informações atualizadas no nosso painel. Dra. Rita Ramos então questionou se nesse momento é necessário apenas a conclusão da atividade pela SETIM, o que foi confirmado por Alessandro Santos.

O Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Ricardo Franco, complementou a fala do Diretor de Planejamento, informando que existiram algumas mudanças na base estrutural do CNJ, e a SETIM vem adotando todas as medidas necessárias para que até o final do mês de julho sejam feitos os devidos ajustes. Ricardo Neri explicou que foram feitas mudanças significativas, a Secretaria teve atividades concorrendo com esta e o Núcleo de Ciência de Dados conta apenas com 3 pessoas, mas a questão está sendo tratada com prioridade.

Quanto ao atraso do projeto de Solução de Continuidade de TIC, Ricardo Franco lembrou que em seu início havia uma previsão de migração para nuvem dos principais sistemas do TJBA, entretanto com o passar do tempo observou-se que não era possível e o próprio CNJ mudou o entendimento sobre a política de conformidade e pontou a necessidade de o TJBA possuir um segundo *data center* físico replicado. Dessa maneira, a estratégia mudou e apenas os sistemas Pje e Projudi serão replicados em nuvem. Isso já está figurando no projeto e o prazo de término será em setembro de 2025.

Sobre os demais projetos que a Setim participa, o Secretário afirmou existirem diversas variáveis que impactam muitas vezes em atrasos, citou o projeto do Núcleo de Arrecadação e Fiscalização, cujo sistema solicitado, apresentou algumas complexidades no decorrer de sua implementação, demandando uma extensão do prazo de conclusão. Em relação ao sistema da COJE, citado pelo Des. Paulo Chenaud, o novo sistema de arrecadação já contemplará entregas da Coordenação dos Juizados Especiais.

A secretária de Gestão de Pessoas, Viviane da Anunciação Souza Oliveira, falou sobre os projetos da SEGESP, indicando que ambos estão em execução e sem nenhum atraso.

A Desa. Marielza Brandão Franco, supervisora do NUPEMEC, informou que na próxima Reunião, o Núcleo fará proposta de inclusão de projeto estratégico. A magistrada adiantou que já demandaram alguns sistemas à SETIM. Um deles será relacionado ao fluxo do CEJUSC do segundo grau, que durante os últimos quatro anos não tem pontuado nos indicadores. Bem como relacionado ao fluxo dos CEJUSC's regionais. Além disso, foram solicitadas a elaboração um fluxo de gestão de controle administrativo de pessoal, e de um tutorial para ser utilizado na capacitação dos parceiros que atuam nos CEJUSC's. A desembargadora acrescentou que o organograma do NUPEMEC foi reestruturado, a 1ª Semana Estadual de Conciliação foi realizada e o resultado foi de um aumento tanto no quantitativo de audiências, como no número de acordos realizados. Finalmente, a Desa. Marielza Brandão, informou que será pactuado um protocolo para a Rede Interinstitucional Colaboração entre TJBA, Ministério Público, Defensoria Pública da Bahia e outros agentes da justiça, no sentido de atuarem em conjunto quando da realização dos acordos.

A Presidente Desa. Cynthia Maria Pina Resende indagou se já há alguma providência em andamento para os sistemas de conciliação. O Secretário de Tecnologia informou que o problema que ocorre no sistema de conciliação é o lançamento

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

equivocado das informações, como exemplo, o tipo de movimentação processual, bem como a ausência de fluxo processual. A questão do fluxo já está sendo resolvida e o tutorial também está sendo elaborado. Ricardo Franco informou que o fluxo está prestes a ser concluído. Quanto ao sistema de gestão administrativa, o secretário mostrou-se preocupado pois já foi pontuado, pelo CNJ, que o TJBA possui muitos sistemas, e a criação de mais um tornaria a atividade da SETIM ainda mais complexa para gestão e manutenção. A proposta seria verificar em outros tribunais como é feito esse controle, até para verificar se podemos trazer um sistema pronto.

A Corregedora das Comarcas do Interior, Des. Pilar Célia Tobio de Claro, solicitou a palavra para enfatizar a necessidade e a importância de haver diálogo entre as unidades. A relevância do conhecimento do que cada área está desenvolvendo ou carecendo de suporte para que os esforços sejam conjuntos no sentido de gerar um resultado único para o Tribunal.

A Presidente do TJBA afirmou que a RAE é o momento propício para que isso seja feito. É na Reunião de Análise Estratégica que todos podem conhecer as atividades, os números e as questões que precisam ser sanadas, e os acordos serem firmados entre as unidades.

Dra. Júnia Araújo Ribeiro Dias, juíza corregedora, falou sobre o projeto Laços Legais, apresentado na XXVIII RAE, que abrange os cartórios integrados de família em Salvador. Após sua aprovação, uma decisão do CNJ orientou que haja reestruturação também dos cartórios integrados. A Corregedoria pondera que não há oportunidade para se fazerem determinadas obras, vez que o projeto as impõe, ainda que módicas, na área de atendimento nos cartórios integrados, sem que também se analise essa orientação do Conselho Nacional de Justiça e se faça, simultaneamente, a intervenção. Caso contrário, teremos uma despesa que poderá ser majorada posteriormente, além do atraso no cumprimento dessas medidas. O que se busca é a melhoria da prestação jurisdicional, seja através de um projeto da CGJ ou do que demanda o CNJ, e ao mesmo tempo da necessidade premente, a Corregedoria entende que deverá caminhar um pouco mais lentamente em relação ao Projeto Laços Legais, no sentido de contemplar todas as necessidades. Dessa maneira o projeto encontra-se em fase de planejamento e a magistrada registrou que o Escritório de Projetos está efetivando as ações necessárias para iniciar sua execução.

A Presidente do TJBA concordou que deva haver essa readequação do projeto e que já estão sendo realizados os encontros para os devidos ajustes no sentido de aprimorar o atendimento dos cartórios integrados que foram identificados com necessidades de melhoria.

O Corregedor Geral da Justiça, Des. Roberto Maynard Frank, colocou-se à disposição para todos os diálogos necessários e eventuais refinamentos no sentido de aprimorar e colaborar na atuação do TJBA.

O Secretário de Planejamento, Pedro Vivas, reforçou que 15 dias antes da realização da RAE, é feita a Reunião de Líderes Avançados, momento que as unidades têm para alinhar e dialogar sobre as principais questões dos projetos. Outro ponto destacado é que a Seplan monitora a situação dos projetos, dentro da metodologia estabelecida, pelo Sistema de Gestão e

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

Projetos, com base nas informações colocadas pelos gerentes de projetos das unidades. Caso a unidade não sinalize as questões, não há como a Seplan identificar. Mensalmente a Seplan se reúne com os escritórios e gerentes de projetos estratégicos para identificar as principais dificuldades e buscar auxiliar na resolução.

16. Entregas Parciais – Plano de Obras

O Secretário de Administração, Fabrício Nascimento, falou sobre as entregas do Plano de Obras. Ressaltou que o Plano está sem atrasos, com 11% de execução e mostrou as seguintes conclusões:

Construção do Fórum de Alagoinhas, com a mudança para o novo prédio, e iniciada a reforma do antigo;

Construção do Fórum de Eunápolis, com mudança para novo prédio prevista para a próxima semana;

Reforma Geral do Fórum de Utinga;

Reforma Geral do Fórum de Capela do Alto Alegre;

O secretário sinalizou que outras obras estão em andamento.

A Presidente do TJBA, questionou sobre o Novo Fórum Criminal de Salvador. Fabrício Nascimento respondeu que a Secretaria Geral da Presidência, na pessoa de Franco Bahia, está providenciando a questão definição do terreno. Ainda não se tem a indicação para iniciar a construção. Aguardamos posição do Governo do Estado da Bahia.

Franco Bahia sinalizou que a última informação é que estão aguardando uma nota técnica que a Bahia Investe deve emitir sobre o terreno que foi o mais indicado. Acredita-se que na próxima semana devemos ter atualização. Além disso, a SAEB deve indicar outras opções, que atendam aos requisitos do TJBA.

A Presidente do Tribunal Desa. Cynthia Maria Pina Resende, pediu que houvesse colaboração da Coordenadoria do Primeiro Grau, na pessoa da Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar, no sentido de agilizar a definição do terreno para a construção do Fórum Criminal de Salvador.

17. Solicitação de Mudança Projeto Inovações Tecnológicas da COJE

O servidor Cláudio Lemos apresentou a solicitação de mudança no projeto da COJE.

A retirada dos dois produtos foi solicitada em razão de já serem produto de dois outros projetos:

- DAJE unificado para o preparo recursal e pagamento das custas processuais – Projeto Novo Sistema de Arrecadação (NAF).
- Aplicação de Inteligência Artificial para Sugestão de Atos Judiciais – Projeto Sistema de Inteligência Artificial Athos – Oxossi (SETIM)

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

A retirada evitará duplicações de esforços e reduzirá custos, alinhando-se às inovações tecnológicas e legislativas recentes. O sistema OXOSSI integrará as funcionalidades essenciais do primeiro projeto, enquanto o novo sistema de arrecadação se adaptará às mudanças da lei, reduzindo o número de DAJEs necessários. Além disso, continuar o desenvolvimento frente às mudanças legislativas poderia resultar na perda de investimentos já realizados, uma vez que parte do trabalho desenvolvido se tornaria inaplicável.

Após a revisão do escopo do projeto, mantendo apenas o produto Julgamento Temático, o prazo de entrega foi antecipado de 27 de agosto de 2025 para 9 de outubro de 2024. Esta alteração representa uma redução de 322 dias o cronograma.

- * A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGOV, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.

18. Proposta de Inclusão de Projeto Estratégico – Programa + Saúde – SEGESP

A Secretária de Gestão de Pessoas, Viviane da Anunciação Souza Oliveira, apresentou a proposta, destacando que o projeto já foi divulgado ao Comitê de Saúde. Falou sobre os itens que seguem:

Alinhamento Estratégico	M10 Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; M10.3 Possuir programa de segurança, saúde ambiente no trabalho.
Ação Defendida	Estruturar, com o apoio do Comitê Local de Saúde, um programa de atenção à saúde integral, bem-estar e qualidade de vida no trabalho para magistrados(as) e servidores(as), estruturado em 4 eixos (Físico, Emocional, Social e Intelectual), incluindo ações inovadoras como a ampliação do auxílio-saúde, Página eletrônica para divulgação de informações de saúde e bem-estar, grupos de apoio nas temáticas de saúde mental e financeira, "Servidor por 1 Dia" e instituição do espaço de descompressão "Fique Zen".
Justificativa	Atender à Resolução CNJ nº 207/2015; Atender a diretriz estratégica aprovada no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, de zelar pelas condições de saúde de magistrados e servidores, com vistas ao bem-estar e à qualidade de vida no trabalho; Atender ao macrodesafio M10.3 da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (Possuir programa de segurança, saúde e ambiente no trabalho); Necessidade de aprimoramento de políticas voltadas para a valorização de magistrados e servidores; e Atender ao objetivo de desenvolvimento sustentável da ONU (ODS) n. 3 "Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades"
Benefícios	1. universalidade e transversalidade de ações, contemplando todos os magistrados e servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como seus dependentes; 2. Promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida; 3. Abordagem biopsicossocial do processo saúde/doença; 4. integralidade das ações em saúde; 5. tornar a promoção da saúde mais eficiente; 6. democratização das ações em saúde.
Objetivo S.M.A.R.T.	Implantar o Programa de Atenção à Saúde Integral, Bem-Estar e Qualidade de Vida no Trabalho "+Saúde" no TJBA, tendo como público-alvo magistrados,

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

		servidores, estagiários e colaboradores, até maio de 2025.	
Custo Estimado		R\$ 1.174.725,16	
Ação Orçamentária		2001, 5341 e 5435	
Patrocinadora	Viviane da Anunciação Souza Oliveira - Secretária de Gestão de Pessoas - SEGESP	Demandante	Dr. Rogério Couto Tourinho – Diretor de Assistência à Saúde
Unidade De Negócio	Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP	Gerente Do Projeto	Patrícia Soares Gordilho - Servidora da Diretoria de Assistência à Saúde

- * **A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGOV, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.**

19. Situação das iniciativas do Plano de Gestão 2024-2026

O Secretário de Planejamento e Orçamento, Pedro Vivas, informou que o Plano de Gestão 2024-2026, já foi aprovado pela Presidência e que as iniciativas constantes nele já estão lançadas no Sistema de Gestão e Projetos, de forma que serão monitoradas, inclusive aquelas que se tornarem projetos.

20. Confirmação Calendário 2024

Pedro Vivas exibiu o calendário aprovado na XXVIII RAE. Após questionamento acerca da data de realização da Semana Estadual de Conciliação iniciar em 28/10/24, dia do servidor público, portanto, feriado nacional, foi debatida uma nova data, entretanto a proposta feita foi de ajustar a data de 28/10 a 01/11, para 29/10 a 01/11.

- * **A Presidente do TJBA, Des. Cynthia Maria Pina Resende, colocou a proposta para deliberação do CGOV, que, aprovou por unanimidade e sem ressalvas.**

O calendário aprovado consta como o seguinte:

XXX RAE – 21/10/2024;

XXXI RAE – 17/12/2024;

2ª Semana de Sentenças e Baixas – 16 a 20/09/2024;

Semana Estadual de Conciliação – 29/10 a 01/11/2024;

Semana de Custas Remanescentes – 19 a 23/08/2024.

21. Encerramento

A Presidente do Tribunal destacou que a reunião tem como objetivo promover a colaboração entre secretarias e setores para alcançar as metas nacionais e estaduais, focando na eficiência do serviço prestado à população do estado. Enfatizou a importância de resolver problemas antes que acumulem e implementar os normativos do CNJ, reconhecendo a necessidade de tomar medidas mais efetivas para melhorar o Tribunal.

XXIX REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XXIX RAE

Afirmou que, durante sua gestão, não repetiremos erros e que está comprometida em assegurar a eficiência do Tribunal, mesmo diante de desafios e sacrifícios. As mudanças previstas visam garantir que o Tribunal opere de maneira eficaz e que a imagem positiva do Poder Judiciário da Bahia seja mantida.

Agradeceu a todos e declarou encerrada a reunião.